



Impacto de Mecanismos de Auditoria na Precificação de Ações: evidências sob a perspectiva da relevância e da tempestividade para o ano de 2010 no Brasil

Impact of Audit Mechanisms on Stock Prices: evidence from the perspective of value relevance and timeliness for the year 2010 in Brazil

Marcelo Alvaro da Silva Macedo¹, Débora Tavares da Silva², Graciela Paveck Ayub³, Luís Otávio Pacheco⁴

RESUMO

Tendo como base o fato de que as informações contábeis impactam preços e retornos no mercado de capitais e de que o processo de auditoria é capaz de agregar valor informacional às demonstrações contábeis, já que busca garantir fidedignidade do conteúdo das mesmas frente às normas contábeis vigentes, o presente artigo tem como objetivo analisar a influência de mecanismos de auditoria - existência do comitê de auditoria, tipo de empresa de auditoria e mecanismo de rodízio de auditoria - na relevância e na tempestividade da informação contábil para o mercado brasileiro de capitais. Procura-se, então, contribuir com a discussão sobre o impacto empírico dos mecanismos de auditoria no mercado de capitais. Para tanto, utilizou-se a análise de regressão em informações do exercício de 2010 de empresas não financeiras de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBOVESPA. Os dois modelos econométricos foram construídos tendo como base os estudos de Collins, Maydew e Weiss (1997), Lima (2010) e Macedo *et al.* (2011). Os resultados mostraram que, nos casos de auditoria por empresa *big four* e de existência de comitê de auditoria, há impacto significativo na relevância da informação contábil. Além disso, de maneira geral, os mecanismos de auditoria não possuem impacto estatisticamente significativo na tempestividade da informação contábil.

Palavras-chave: Qualidade da Informação Contábil. Auditoria. Relevância. Tempestividade.

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. - malvaro.facc.ufrj@gmail.com

²Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. - debora.tavares@ig.com.br

³Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. - graciela.ayub@hotmail.com

⁴Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. - luisotaviopacheco@gmail.com

ABSTRACT

Accounting information impacts capital market prices and returns; and in seeking to ensure the reliability of accounting information in accordance with current accounting standards, the audit process can add informational value to financial statements. With the objective of contributing empirical evidence to the academic discussion about the impact of audit mechanisms on capital markets, in this article we examine the influence of audit mechanisms (existence of an audit committee, type of audit firm and audit firm rotation) on the value relevance and timeliness of accounting information to the Brazilian capital market. To this end regression analysis was carried out on information from fiscal year 2010 of non-financial companies traded on BM&FBOVESPA, the Sao Paulo stock exchange. Two econometric models were constructed based on the studies of Collins, Maydew and Weiss (1997), Lima (2010) and Macedo et al. (2011). It was found that in the cases of audit by big four audit firms and the existence of an audit committee, there is significant impact on the relevance of accounting information. In general, however, audit mechanisms had no statistically significant impact on the timeliness of accounting information.

Keywords: Quality of Accounting Information. Audit. Value Relevance. Timeliness.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Almeida (2010), de maneira geral, a qualidade da informação contábil pode ser analisada sob quatro importantes perspectivas de suas propriedades: a relevância, a tempestividade, o conservadorismo e o gerenciamento de resultados. Dentre estas, o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 – R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2011) destaca a relevância como característica qualitativa fundamental e a tempestividade como característica qualitativa de melhoria. Neste estudo, tem-se como foco exatamente estes dois atributos qualitativos da informação contábil: a relevância e a tempestividade da informação contábil.

Porém, para que a informação contábil possa ser utilizada por qualquer usuário, inclusive pelo mercado de capitais, é necessária outra característica qualitativa: a representação fidedigna. É para garantir esta fidedignidade, dentre outras funções, que existe a auditoria contábil. Segundo a definição de Hoog e Carlin (2007), adaptada de acordo com as novas normas contábeis (CPC 00- R1), a auditoria contábil, de maneira geral, busca certificar que as informações contábeis representam adequadamente a posição da empresa no período sob análise, em conformidade com os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações vigentes, assegurando a credibilidade das mesmas. Portanto, de acordo com Bottom (1998) a auditoria é uma atividade capaz de adicionar valor à informação contábil.

Com base nestes elementos, o presente trabalho se propõe a responder a seguinte questão de pesquisa: qual a influência de mecanismos de auditoria na relevância e na tempestividade da informação contábil para o mercado brasileiro de capitais?

Assim sendo, tem-se, então, como objetivo analisar a influência de mecanismos de auditoria, mais especificamente da existência do comitê de auditoria, do tipo de empresa de auditoria e do mecanismo de rodízio de auditoria, na relevância e na tempestividade da informação contábil.

Para tanto, utiliza-se informações do ano de 2010 (primeiro ano em *full IFRS*) de empresas não financeiras com ações negociadas na BM&FBOVESPA. Os dados são analisados por meio de análise de regressão para dois modelos econométricos: um para análise da relevância e outro para análise da tempestividade da informação contábil.

2. QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: RELEVÂNCIA E TEMPESTIVIDADE

Os estudos de Ball e Brown (1968) e Beaver (1968) iniciaram a linha de pesquisa sobre relevância da informação contábil. Os autores encontraram uma associação entre o preço e o resultado contábil, concluindo que as informações contábeis possuem conteúdo informativo capaz de influenciar nas decisões dos investidores, ou seja, que os resultados contábeis apresentam informações relevantes para o mercado de capitais.

As pesquisas sobre relevância, inspirados em Ball e Brown (1968) e Beaver (1968), estão interessadas em investigar a relação entre variáveis contábeis e valores de mercado (preço). De acordo com Lo e Lys (2000), esse tipo de estudo tem seu foco na quantificação dessa relação, sendo, em geral, consideradas como variáveis contábeis o lucro e o patrimônio líquido, devido às suas características de agregação e sintetização. Da mesma forma, Macedo *et al* (2011) afirmam que os estudos de relevância envolvem regressões que têm como variável dependente o valor de mercado da ação e como variável explicativa as informações contábeis, tais como o lucro líquido e o patrimônio líquido.

Conforme o Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2011): “Se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar.” O pronunciamento destaca que uma informação contábil-financeira é relevante quando é “capaz de fazer a diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários”.

A definição dada pela normatização da relevância, NBC T 11.6, aprovada pela Resolução CFC nº 981 de 2003, estabelece que uma informação é relevante se sua omissão ou distorção puder influenciar a decisão do usuário.

Ohlson (1995) define relevância como a associação entre os números contábeis e o retorno de mercado das ações da empresa. Portanto, na medida em que a contabilidade se desassocia das alterações de valor da empresa, seus números tendem a se tornar irrelevantes para os investidores.

Para Barth, Beaver e Landsman (2001) um valor contábil será relevante apenas se esse valor refletir informações relevantes para os investidores na avaliação das empresas e se a mensuração for suficientemente confiável para ser refletida no preço das ações.

Francis e Schipper (1999), em uma de suas definições sobre relevância, afirmam que esta é “mensurada pela capacidade das informações contábeis capturarem ou resumirem informações, independentemente da fonte, que afetam os valores das ações”. Assim, a informação contábil é um instrumento de mensuração, ou seja, se esta tem associação com os valores de mercado, então captura ou agrega informações que são utilizadas pelos participantes do mercado para determinar preços ou retornos.

Em se tratando de estudos relacionados à relevância da informação contábil, o volume de pesquisas intensificou-se nas últimas décadas. Além de diversos estudos internacionais tais como os de Beaver, Clarke e Wright (1979); Lev (1989); Alford *et al* (1993); Strong e Walker (1993); Harris, Lang e Moller (1994); Collins, Maydew e Weiss (1997); Francis e Schipper (1999), Brown, Lo e Lys (1999) e Francis *et al* (2002), no Brasil, desde o estudo inicial de Lopes (2001), vários autores, tais como Lopes (2002), Sarlo Neto (2004); Sarlo Neto *et al* (2005); Lopes, Sant’Anna e Costa (2007); Galdi e Lopes (2008); Bastos *et al.* (2009); Sarlo

Neto, Galdi e Dalmácio (2009); Malacrida (2009); Lima (2010), Almeida (2010) e Macedo *et al* (2011), vêm pesquisando sobre este tema.

De acordo com Bushman *et al* (2004), o conceito de tempestividade está associado à velocidade com que os números contábeis capturam as alterações de valor da empresa. Na medida em que os números contábeis demoram a reportar as alterações de valor da empresa, menos efetivo é o monitoramento por parte dos provedores de capital, pois suas decisões estarão temporalmente atrasadas. Essa defasagem tende a reduzir a utilidade dos números contábeis como métricas de desempenho e dificulta o monitoramento dos gestores.

O FASB considera a tempestividade crítica para que a informação seja relevante (SFAC nº 2, 1980) e a define como “ter informação disponível para o tomador de decisão antes que esta perca a capacidade de influenciar nessas decisões”. Em adição, Scott (2009) acredita que a tempestividade pode ser vista como uma restrição na relevância, ou seja, os gestores ao atrasarem a divulgação das informações, acarretam em perda de qualquer relevância que poderia ter tido se tivesse divulgado no momento certo.

Segundo o Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2011): “tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões”. Desta forma, quanto mais antiga for a informação, menos utilidade ela possui.

Conforme Easton (1998) a tempestividade das informações contábeis diz respeito ao uso que o investidor faz da informação ao fixar preços. Em outros termos, mas de forma semelhante, Galdi e Lopes (2008) definem tempestividade como sendo a incorporação do lucro econômico ao contábil no exato período em que ocorre, sendo o lucro econômico representado pela mudança no valor de mercado da empresa.

Santos e Costa (2008) ressaltam ainda que a tempestividade da informação contábil é entendida como o grau de associação entre o comportamento dos investidores, medido pelo retorno da ação no período, e o resultado contábil deste mesmo período. Assim, espera-se que quanto maior o grau de associação, mais tempestiva seria a informação contábil no sentido de refletir as expectativas dos agentes no mercado.

Dentro desse contexto, Lopes e Martins (2005) afirmam que a contabilidade é tempestiva quando reflete a realidade econômica mais rapidamente. Para os autores, a informação contábil precisa refletir a realidade econômica ou os usuários não a utilizarão, perdendo assim a sua razão de ser.

Para Dechow (1994) e Collins *et al.* (1994), existe uma incapacidade dos lucros atuais em incorporar totalmente o impacto dos eventos econômicos refletidos nos preços, fazendo com que os lucros reflitam a informação contida nas variações dos preços com atraso. Essa incapacidade é categorizada pelos autores como intempestividade ou falta de tempestividade.

Diversos estudos discorreram sobre a tempestividade da informação contábil. Internacionalmente, destaca-se os estudos de Ball, Kothari e Robim (2000) e Beekes *et al.* (2004). No Brasil, alguns estudos podem ser destacados, tais como os de Dalmácio e Rezende (2008), Santos e Costa (2008), Almeida (2010) e Lima (2010).

3. AUDITORIA: ASPECTOS GERAIS E INFLUÊNCIA NA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Como visto anteriormente, as informações contábeis influenciam as decisões dos gestores e dos *stakeholders*, refletindo diretamente na alocação dos recursos e no funcionamento dos mercados. Sob este prisma, Needles Jr., Ramamoorti e Shelton (2002) afirmam que garantir a fidedignidade dos relatórios financeiros apresentados aos usuários das

informações contábeis passa a ser a principal função da auditoria contábil, visto que a sociedade busca na auditoria uma forma de se assegurar quanto à veracidade das informações contábeis apresentadas pelas entidades.

Neste sentido, a lei das sociedades por ações (Lei nº 6.404/76, art. 177) determinou que as demonstrações financeiras ou contábeis das companhias abertas (ações negociadas em Bolsa de Valores) serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários — CVM.

Para Franco e Marra (1991), a auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeção e obtenção de informações e confirmações internas e externas, relacionadas com o controle do patrimônio, objetivando mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes. Pode-se, assim, definir a auditoria como a avaliação sistemática das transações empresariais e das demonstrações contábeis com a finalidade de emitir uma opinião sobre a conformidade dessas com os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações vigentes.

Para apresentar uma opinião externa à da empresa sobre as informações contábeis, as entidades contratam auditorias independentes, garantindo a fidedignidade dos relatórios financeiros apresentados. Conforme Silva e Bezerra (2010), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) evidencia a importância da independência das atividades de auditoria frente a outras atividades, de modo a coibir conflito de interesses. Além disso, outros motivos levam uma empresa a contratar um auditor externo. Segundo Almeida (1996), os principais motivos são os seguintes: (i) obrigação legal; (ii) medida de controle tomada pelos acionistas, proprietários ou administradores da empresa; (iii) imposição de credores; (iv) compra/venda ou combinação (fusão, aquisição, cisão etc.) da empresa.

Nesse sentido, pode-se dizer que o parecer da auditoria independente proporciona maior qualidade e credibilidade da informação contábil ao usuário. Segundo Hoog e Carlin (2007), todas as organizações que possuem auditoria acabam sendo apreciadas em suas relações com o mercado com mais segurança, haja vista que os auditores, na execução de seus trabalhos, acabam sendo avalistas das informações destas organizações.

Esta ideia é ratificada por Dantas *et al.* (2012) que ressaltam que a auditoria é um instrumento essencial de provimento de confiança aos diversos usuários das informações contábeis, em particular os participantes dos mercados de capitais, sendo sua utilidade mais efetiva quanto maior for a garantia de que a informação divulgada seja adequada, justa e plena.

Com o objetivo de potencializar ainda mais a independência do auditor externo, adotou-se um mecanismo de rodízio das auditorias independentes. Como explica Formigoni *et al.* (2008), um dos maiores benefícios associados ao rodízio de firmas de auditoria é a potencial prevenção do suposto compromisso e comprometimento dos auditores com seus clientes, afetando a sua independência, visto que a convivência próxima e longa entre auditores e clientes pode gerar resultados viciados. Com o rodízio de firmas de auditoria, tem-se maior incentivo para se resistir às pressões.

Do ponto de vista dos reguladores, Martinez e Reis (2010) afirmam que a mudança periódica da empresa de auditoria torna mais provável que o auditor independente não irá ceder às pressões de gestão, e, assim, ser capaz de manter a sua diligência e empenho para a independência e ética na condução de seu trabalho.

Mais recentemente, escândalos financeiros nos Estados Unidos levaram algumas entidades a serem questionadas sobre as suas práticas de administração, especificamente a governança corporativa. Com isso, as autoridades americanas aprovaram a Lei Sarbanes-Oxley - SOX, que trouxe entre outras práticas, a implantação dos comitês de auditoria. Segundo Al-Ajmi (2009), um comitê de auditoria eficaz e independente é visto como um dos determinantes da qualidade da auditoria.

O comitê de auditoria é um órgão importante, responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação das informações financeiras pelo Conselho de Administração, zelando pela integridade dos sistemas de controles internos, buscando proteger os interesses dos acionistas e de demais partes interessadas. De acordo com Segreti e Costa (2007), a SOX define o comitê de auditoria como comitê ou órgão equivalente estabelecido pelo *Board of Directors* (equivalente ao Conselho de Administração), com o propósito de supervisionar os processos de emissão de relatórios financeiros e de auditoria e da própria auditoria das demonstrações financeiras. Outro importante papel do comitê de auditoria é o de funcionar como elo de comunicação entre a empresa e os auditores independentes.

Estudos anteriores relacionaram a presença do comitê de auditoria, da auditoria externa e da adoção do rodízio das auditorias independentes com a qualidade da informação contábil, no entanto, não foi identificado nenhum estudo relacionando as três características simultaneamente.

Em relação ao trabalho de auditoria, Krishnan (2003) ressalta que a especialização do auditor em determinado tipo de empresa (de um mesmo setor econômico, por exemplo) pode proporcionar ganhos na qualidade da informação contábil, no que diz respeito ao gerenciamento de resultados.

Nesta mesma linha, Caramanis e Lennox (2008) mostraram em seu estudo que o trabalho de auditoria está diretamente relacionado com a qualidade da informação contábil, visto que um menor esforço de auditoria (menos horas), de maneira geral, gerava um aumento da propensão das empresas apresentarem resultados potencialmente gerenciados (comportamento “agressivo” de divulgação de ganhos elevados).

No que diz respeito especificamente ao tamanho da empresa de auditoria, Iatridis (2011) revela em seu estudo que o fato da empresa ser auditada por umas das *Big Four*, aumenta a qualidade da evidenciação contábil. Porém, estudos anteriores de Bauwhede, Willekens e Gaeremynck (2003) e Jeong e Rho (2004) não encontraram em seus estudos, com relação ao gerenciamento de resultados, na Bélgica e na Coreia, respectivamente, diferenças estatisticamente significativas para empresas auditadas ou não pelas *Big Six*. Além disso, os achados de Marques, Holanda e Coelho (2012) mostram que o fato de uma empresa de capital aberto ser auditada por uma grande firma de auditoria não traz diferenças nos graus de qualidade informacional.

No estudo de Segreti e Costa (2007), os resultados obtidos demonstram a relevância do comitê de auditoria, sendo considerados de grande importância para o bom desempenho da empresa e transparência na divulgação de suas informações contábeis. Estes resultados estão em consonância com os achados de Klein (2002), que encontrou em seu estudo uma relação positiva significativa entre o comitê de auditoria e a qualidade da informação contábil, mas especificamente na redução do gerenciamento de resultados. Porém, no estudo de Rainsbury, Bradbury e Cahan (2009) e Trapp (2009), não foi encontrada relação estatisticamente significativa entre o comitê de auditoria e a qualidade da informação contábil.

Em relação aos impactos causados pelo rodízio de firmas de auditoria, foi realizada uma pesquisa na Itália pela Universidade de Bolonha, SDA Università Bocconi (2002), no qual se confirma que o rodízio de auditoria tem um impacto negativo na qualidade dos trabalhos durante o primeiro ano de serviço.

Já no trabalho de Silva e Bezzera (2010) e Formigoni *et al* (2008), a introdução da prática do rodízio de auditoria não trouxe soluções satisfatórias para o conflito de interesses que possam vir a surgir do relacionamento entre cliente e contratante, assim como para Martinez e Reis (2010), que confirmaram que com ou sem rodízio de auditorias, os efeitos decorrentes do gerenciamento de resultado não apresentam diferença significativa na sua essência.

Este também foi o resultado de Azevedo e Costa (2008) que destacam que as evidências encontradas em seu estudo não permitem afirmar que sempre o rodízio de empresas de auditoria gera uma redução no nível de gerenciamento de resultados. Porém, estes resultados contrariam os achados anteriores de DeFond e Subramanyam (1998) que encontraram evidências de que o rodízio de auditores melhora a qualidade da informação contábil, pois reduz o gerenciamento de resultados.

4. METODOLOGIA

O presente estudo, de acordo com Vergara (2010), possui características descritivas e explicativas, pois busca descrever e explicar a influência de alguns aspectos relacionados à auditoria contábil na qualidade da informação contábil, mais especificamente em relação à relevância e a tempestividade.

Além disso, o presente estudo, segundo Martins e Theóphilo (2009), tem foco empírico-positivista, já que apresenta técnicas de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativos e onde a validação da prova científica é buscada através de testes dos instrumentos, graus de significância e sistematização das definições operacionais.

A população-alvo é formada por empresas não-financeiras de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBOVESPA, que atuavam no Brasil no ano de 2010. Para a amostra foram consideradas todas as empresas que tinham as informações necessárias disponíveis na base de dados da Economática. Com isso, no estudo analisaram-se 160 empresas no caso da análise da influência da auditoria na relevância e 156 empresas para a tempestividade.

Para formação destas amostras, para cada tipo de análise, consideraram-se os seguintes aspectos: (i) empresas com os dados necessários para análise; (ii) apenas empresas não financeiras com liquidez (indicador da Economática) superior a 0,01; (iii) com PL positivo.

Foram utilizados dados de lucro líquido, patrimônio líquido, preço e retorno das ações. Todas as informações foram obtidas na Economática, sendo as informações de lucro líquido para os exercícios de 2009 e 2010 e de patrimônio líquido para 2010. Para o preço das ações foi considerado o preço da ação de maior liquidez de cada empresa praticado no primeiro dia útil após o limite para publicação das informações contábeis, no caso o dia 31 de março ou 01 de abril do ano subsequente ao exercício contábil. Por fim, o retorno foi calculado como sendo o LN da razão entre os preços de fechamento ajustados para proventos de 30/12/2010 e de 30/12/2009.

Em relação à auditoria, foram considerados três aspectos: a existência de comitê de auditoria, se a firma de auditoria era uma das *Big Four* e se nos últimos cinco anos a empresa fez rodízio de auditoria (houve mudança da empresa de auditoria). As informações de rodízio e da empresa de auditoria foram obtidas diretamente nos dados gerais das DFPs das empresas, disponível no site da CVM. Já a informação de existência ou não do comitê de auditoria foi verificada diretamente no estatuto das empresas analisadas, também acessado pelo site da CVM.

Tanto o comitê de auditoria, quanto a empresa de auditoria e o rodízio são características positivas em relação ao processo de auditoria. Assim sendo, como dito ao longo da fundamentação, espera-se que as *proxies* de auditoria tenham impacto positivo na qualidade da informação contábil. Cabe ressaltar, que tanto a existência do comitê de auditoria, quanto a empresa de auditoria são escolhas da empresa, ou seja, não há obrigatoriedade da empresa ter um comitê de auditoria e nem ser auditado por um das grandes empresas de auditoria (que presume-se faça um trabalho de melhor qualidade). Logo, parece

fazer sentido dizer que empresas com atitudes positivas nestas dimensões tendem a ter vantagens em relação à qualidade de suas informações para o mercado.

Neste sentido, um ponto que merece atenção especial é a questão do rodízio. No Brasil, o rodízio de empresas de auditoria é regulamentado pela Instrução CVM n. 308, de 14 de maio de 1999. Porém, em 2008, por meio da Deliberação CVM nº 549 este procedimento passou a ser não obrigatório até o exercício de 2011 (inclusive). Logo, nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 as empresas não eram obrigadas a fazer o rodízio, mas se fizeram poderia ser entendido pelo mercado como um aspecto positivo em termos de qualidade da informação contábil, nos mesmos moldes do comitê de auditoria e da empresa de auditoria.

Como se tem como foco dois aspectos relacionados com a qualidade da informação contábil é necessário o desenvolvimento de dois modelos econométricos, um para cada análise do impacto dos aspectos relacionados à auditoria na qualidade da informação contábil (relevância e tempestividade). Com base nisso, tem-se, então, as seguintes hipóteses testadas pelos modelos propostos:

H₁: Os mecanismos de auditoria são relevantes para o mercado brasileiro de capitais;

H₂: Os mecanismos de auditoria são tempestivos para o mercado brasileiro de capitais.

Para a modelagem econométrica aplicada ao estudo da relevância, têm-se os seguintes modelos, com base nos estudos de Collins, Maydew e Weiss (1997), Lima (2010) e Macedo *et al.* (2011):

$$P_{i,t} = \alpha_0 + \alpha_1 LLPA_{i,t} + \alpha_2 PLPA_{i,t} + \varepsilon_i \quad (1)$$

$$P_{i,t} = \alpha_0 + \alpha_1 LLPA_{i,t} + \alpha_2 PLPA_{i,t} + \alpha_3 BF_{i,t} + \alpha_4 CA_{i,t} + \alpha_5 ROD_{i,t} + \varepsilon_i \quad (2)$$

Onde:

$P_{i,t}$ = Variável dependente, representada pelo preço da ação da empresa i , no tempo t ;

α_0 = Intercepto;

α_1 = Coeficiente de inclinação para o LLPA;

α_2 = Coeficiente de inclinação para o PLPA;

α_3 = Coeficiente de inclinação para o BF;

α_4 = Coeficiente de inclinação para o CA;

α_5 = Coeficiente de inclinação para o ROD;

LLPA= Variável independente, representada pela divisão do LL, advindo da DRE, pelo número de ações da empresa i , no tempo t ;

PLPA= Variável independente, representada pela divisão do PL, advindo do BP, pelo número de ações da empresa i , no tempo t ;

BF= Variável independente binária do tipo 0-1, que representa se a empresa foi (1) ou não foi (0) auditada em 2010 por uma das empresas de auditoria denominadas *big four* (Deloitte Touche Tohmatsu, Ernst & Young, KPMG e PricewaterhouseCoopers);

CA= Variável independente binária do tipo 0-1, que representa se a empresa possui (1) ou não possui (0) comitê de auditoria, de acordo com as informações disponíveis 2010;

ROD= Variável independente binária do tipo 0-1, que representa se a empresa efetuou (1) ou não efetuou (0) rodízio de auditoria (troca da empresa de auditoria) ao longo dos últimos cinco anos;

ε = Erro aleatório (ruído branco) com distribuição normal, média zero e variância constante.

Já para a modelagem da tempestividade, têm-se os seguintes modelos econométricos, como base no estudo de Lima (2010):

$$RET_{i,t} = \alpha_0 + \alpha_1 LLPA_{i,t} + \alpha_2 VLPA_{i,t} + \varepsilon_i \quad (3)$$

$$RET_{i,t} = \alpha_0 + \alpha_1 LLPA_{i,t} + \alpha_2 VLPA_{i,t} + \alpha_3 BF_{i,t} + \alpha_4 CA_{i,t} + \alpha_5 ROD_{i,t} + \varepsilon_i \quad (4)$$

Onde:

$RET_{i,t}$ = Variável dependente, representada pelo retorno da ação da empresa i , no tempo t ;

α_1 = Coeficiente de inclinação para o LLPA;

α_2 = Coeficiente de inclinação para o VLPA;

LLPA= Variável independente, representada pela divisão do LL, advindo da DRE, pelo número de ações da empresa i , no tempo t , escalonado pelo preço final da ação no período $t-1$;

VLPA= Variável independente, representada pela divisão da variação do LL, entre 2009 e 2010, advindo da DRE, pelo número de ações da empresa i , no tempo t , escalonado pelo preço final da ação no período $t-1$.

Tanto para o caso das equações 1 e 2, quanto para o caso das equações 3 e 4, a relevância e a tempestividade, respectivamente, são verificadas pela significância dos coeficientes das informações contábeis (LL e PL) e pela significância dos coeficientes das variáveis representativas dos mecanismos de auditoria. Isso quer dizer que, para o caso específico do interesse do presente estudo, a relevância e a tempestividade dos mecanismos de auditoria para o mercado brasileiro de capitais são verificadas pela significância de seus respectivos coeficientes nas equações 2 e 4.

Além disso, é feita uma análise comparativa dos resultados das Equações 1 e 2 e depois 3 e 4, para verificar o nível de ganho informacional com a adição das variáveis representativas de mecanismos de auditoria, e assim verificar seus impactos na relevância e na tempestividade, respectivamente, é feita, preliminarmente, pela comparação entre os R^2 ajustados e o critério informacional de Akaike.

Segundo Gujarati (2006), Corrar, Paulo e Dias Filho (2007) e Fávero *et al.* (2009), a análise do R^2 mostra o poder de explicação da variável dependente pelas variáveis independentes. Já o critério informacional de Akaike mostra a qualidade de ajustamento do modelo, sendo do tipo quanto menor, melhor. Desse modo, quanto maior o R^2 ajustado e menor o critério informacional de Akaike, maior será a contribuição destas variáveis.

Além disso, para a comparação entre estas equações, aplicou-se, também, o teste de Wald, via estatística F , que, segundo Heij *et al.* (2004), é preferível à comparação por meio do R^2 Ajustado. A lógica do teste é comparar um modelo original, denominado de restrito (que no caso deste estudo seriam as regressões básicas de relevância – Equação 1 e de tempestividade – Equação 3), com os modelos com as variáveis explicativas adicionais, denominado de modelo irrestrito (Equações 2 e 4). O objetivo é avaliar se a inclusão das variáveis BF, CA e ROD melhoram o poder explicativo do modelo que usa apenas o LLPA e o PLPA para a relevância e o LLPA e o VLPA para a tempestividade.

Para os casos em que se encontrou problema de heterocedasticidade dos resíduos, utilizou-se a correção de White, que, segundo Gujarati (2006), corrige os erros-padrão dos coeficientes, tornando-os consistentes para heterocedasticidade. Já com relação à normalidade dos resíduos, de acordo com o teorema do limite central e considerando que foram utilizadas 160 e 156 observações, esse pressuposto pode ser relaxado (BROOKS, 2002).

Todas as análises, com exceção do teste de colinearidade das variáveis independentes, que foi feito no SPSS 17.0, foram executadas no EVIEWS 6.0. Cabe ressaltar, por fim, que se considerou nas análises um nível de significância de 10%.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nas informações obtidas para a amostra em análise, aplicou-se os dois modelos econométricos, com o intuito de verificar a influência das questões relacionadas à auditoria, mais especificamente o comitê de auditoria, a empresas de auditoria e o rodízio de auditor, na relevância e na tempestividade das informações contábeis.

5.1 – Relevância dos Mecanismos de Auditoria

A Tabela 1 mostra os resultados para as Equações 1 e 2, analisando o impacto da auditoria na relevância da informação contábil. Em relação à Equação 1, que representa o modelo básico de *value relevance*, pode-se perceber que a função de regressão apresenta R^2 ajustado, significativo ao nível de 10% (p-valor do teste $F < 0,10$) de 0,4575, ou seja, 45,75% da variação do preço das ações pode ser explicado pela variação do LLPA e do PLPA. A significância da regressão como um todo é ratificada pela significância dos coeficientes das duas variáveis independentes. Isso é verificado por conta dos p-valores dos testes t para as variáveis LLPA e PLPA apresentarem valores inferiores a 10%. Com base nestes resultados, pode-se dizer que as informações contábeis de LLPA e PLPA do exercício de 2010 são relevantes para o mercado brasileiro de capitais.

Dado este resultado de relevância das informações contábeis, a análise buscou verificar a influência da auditoria sobre esta característica. Os resultados da Equação 2 revelam que o R^2 ajustado (também significativo a 10%) aumentou para 0,4862, o que representa uma melhoria da capacidade explicativa do modelo de relevância. Além disso, também observa-se que os coeficientes das variáveis LLPA e PLPA continuam significativos e os das variáveis BF e CA se mostraram significativos ao nível de 10%. Isso quer dizer que as variáveis empresa de auditoria *big four* e comitê de auditoria são significativas para juntas com o LLPA e PLPA ajudarem a explicar o comportamento do preço das ações das empresas no mercado de capitais.

O fato das variáveis BF e CA terem sido significativas é um primeiro indício de que as variáveis relacionadas à auditoria podem impactar positivamente a relevância da informação contábil, visto que estas variáveis auxiliam na explicação do comportamento do preço. Um fator interessante e esperado é que o sinal de ambas as variáveis é positivo. Isso quer dizer que empresas com os mesmos valores de LLPA e PLPA, mas que sejam auditadas por *big four* e tenham comitê de auditoria, possuem preço superior. Ou seja, as características qualitativas da auditoria agregam valor ao preço das ações.

Além disso, ainda de maneira preliminar, pode-se observar que a comparação entre os R^2 ajustados mostra que houve uma melhoria do poder de explicação do preço das ações pelas informações contábeis, quando se adiciona características de auditoria. Isso é corroborado, em segunda instância, pela comparação do conteúdo informacional mensurado pelo critério de Akaike. Observa-se que este indicador teve seu valor reduzido com a incorporação das variáveis de auditoria, o que indica uma melhoria do conteúdo informacional da regressão.

Tabela 1 – Resultados da Análise de Relevância (Equações 1 e 2)

| Equação 1 | Coefficiente | Erro Padrão* | t* | p-value* |
|-------------------------|---------------------|----------------------------------|-----------|-----------------|
| LLPA | 4,0163 | 1,0303 | 3,8981 | 0,0001 |
| PLPA | 0,3721 | 0,1490 | 2,4974 | 0,0135 |
| C | 9,9028 | 1,1665 | 8,4891 | < 0,0000 |
| Infs. Adicionais | Valores | Infs. Adicionais | Valores | |
| R ² ajustado | 0,4575 | Critério Informacional de Akaike | | 7,6450 |
| F (p-value) | < 0,0000 | FIV (LLPA; PLPA) | | 1,8960 |
| Jarque-Bera (p-value) | < 0,0000 | Breusch-Pagan-Godfrey (p-value) | | 0,0011 |
| Equação 2 | Coefficiente | Erro Padrão* | t* | p-value* |
| LLPA | 3,6384 | 1,0221 | 3,5598 | 0,0005 |
| PLPA | 0,3757 | 0,1419 | 2,6479 | 0,0089 |
| BF | 8,1644 | 1,6089 | 5,0744 | < 0,0000 |
| CA | 4,0113 | 2,1502 | 1,8656 | 0,0640 |
| ROD | -1,5770 | 1,6937 | -0,9311 | 0,3532 |
| C | 3,0643 | 1,5154 | 2,0221 | 0,0449 |
| Infs. Adicionais | Valores | Infs. Adicionais | Valores | |
| R ² ajustado | 0,4862 | Critério Informacional de Akaike | | 7,6088 |
| Wald (p-value) | < 0,0000 | FIV (LLPA) | | 1,9830 |
| F (p-value) | < 0,0000 | FIV (PLPA) | | 1,8960 |
| Jarque-Bera (p-value) | < 0,0000 | Breusch-Pagan-Godfrey (p-value) | | 0,0015 |

* Estimado com correção de White para heterocedasticidade, visto que o p-valor do teste BPG < 0,10

Não apresenta problemas de colinearidade (FIVs < 5,00)

Por fim, este impacto positivo das variáveis de auditoria sobre a relevância da informação contábil pode ser confirmado pelo resultado do teste de Wald. O p-valor deste teste mostra que a H_0 de que as regressões são iguais pode ser rejeitada, ou seja, o incremento de R^2 ajustado é estatisticamente significativo ao nível de 10%, já que o p-valor se mostrou inferior a 0,10. Isso leva a conclusão de que as variáveis BF e CA, que representam características do processo de auditoria contábil, possuem impacto significativo na relevância da informação contábil.

5.2 – Tempestividade dos Mecanismos de Auditoria

Depois da análise da influência da auditoria na relevância, buscou-se analisar pelos resultados da análise de regressão nas Equações 3 e 4, a influência das variáveis relacionadas à auditoria na tempestividade da informação contábil. A Tabela 2 mostra os resultados para esta análise.

Primeiramente, em relação à Equação 3 (modelo básico de tempestividade), observa-se que o R^2 ajustado de 0,2115 se mostra significativo ao nível de 10% (p-valor do teste F < 0,10). Além disso, os coeficientes das duas variáveis LLPA e VLPA também se mostram significativos (p-valor dos testes t < 0,10). Com isso, pode-se dizer que o LLPA e VLPA do ano de 2010 são capazes de explicar o comportamento do retorno das ações de 2010, apresentado-se assim como informações tempestivas para o mercado brasileiro de capitais.

Dado esta característica de utilidade da informação contábil, buscou-se analisar a influência das características do processo de auditoria contábil sobre a tempestividade das informações geradas pela contabilidade. Com base nos resultados da Equação 4, pode-se perceber que a regressão como um todo se mostrou significativa ao nível de 10% (p-valor do teste $F < 0,10$) e que a mesma apresenta um R^2 ajustado de 0,2180, que mostra uma pequena elevação em relação ao revelado pela Equação 3.

Tabela 2 – Resultados da Análise de Tempestividade (Equações 3 e 4)

| Equação 3 | Coefficiente | Erro Padrão* | t* | p-value* |
|-------------------------|--------------|----------------------------------|---------|----------|
| LLPA | 0,0282 | 0,0127 | 2,2252 | 0,0275 |
| VLPA | -0,1695 | 0,0273 | -6,2085 | < 0,0000 |
| C | 0,1330 | 0,0249 | 5,3425 | < 0,0000 |
| Infs. Adicionais | Valores | Infs. Adicionais | | Valores |
| R ² ajustado | 0,2115 | Critério Informacional de Akaike | | 0,5078 |
| F (p-value) | < 0,0000 | FIV (LLPA; VLPA) | | 1,6820 |
| Jarque-Bera (p-value) | 0,3507 | Breusch-Pagan-Godfrey (p-value) | | 0,9619 |
| Equação 4 | Coefficiente | Erro Padrão* | t* | p-value* |
| LLPA | 0,0257 | 0,0128 | 2,0122 | 0,0460 |
| VLPA | -0,1793 | 0,0278 | -6,4528 | < 0,0000 |
| BF | 0,1403 | 0,0763 | 1,8396 | 0,0678 |
| CA | -0,0677 | 0,0678 | -0,9988 | 0,3195 |
| ROD | -0,0214 | 0,0497 | -0,4314 | 0,6668 |
| C | 0,0315 | 0,0747 | 0,4219 | 0,6737 |
| Infs. Adicionais | Valores | Infs. Adicionais | | Valores |
| R ² ajustado | 0,2180 | Critério Informacional de Akaike | | 0,5182 |
| Wald (p-value) | 0,2374 | FIV (LLPA) | | 1,7280 |
| F (p-value) | < 0,0000 | FIV (VLPA) | | 1,7570 |
| Jarque-Bera (p-value) | 0,2232 | Breusch-Pagan-Godfrey (p-value) | | 0,9521 |

* Estimado sem correção de White para heterocedasticidade, visto que o p-valor do teste BPG > 0,10

Não apresenta problemas de colinearidade (FIVs < 5,00).

Observa-se que, além dos coeficientes das variáveis LLPA e VLPA, o da variável BF também se mostrou estatisticamente significativo ao nível de 10%. Isso quer dizer que apenas a informação relativa à empresa de auditoria ser uma das *big four* é que se mostrou significativa para explicar, em conjunto com o LLPA e VLPA, o retorno das ações. Além disso, seu sinal positivo revela que empresas auditadas por *big four* tendem a possuir melhores retornos, ou seja, que o mercado valoriza a qualidade da auditoria contábil pela empresa de auditoria que realiza o serviço.

Uma questão que chama atenção e aparentemente contraria a expectativa inicial é o sinal da variável VLPA. O sinal esperado seria positivo, ou seja, a variação do LL tem impacto positivo no retorno das ações. Porém, cabe ressaltar algumas especificidades da presente análise, que podem ter contribuído para este comportamento e merecem ser estudadas futuramente. Em primeiro lugar tem-se a questão da crise mundial que vem se arrastando desde 2008 e uma análise focada em apenas um ano pode se revelar inconsistente. Além disso, tem-se no exercício de 2010 a mudança para o padrão *full IFRS*, que pode ter comprometido a análise já que o LLPA de 2009 estava em outro padrão contábil. Neste último caso, o estudo de Lima (2010) também apresenta o mesmo problema para o sinal do

VLPA em 2008, ápice da crise mundial e quando da implantação da primeira fase do processo de convergência ao padrão contábil internacional, que gerou diferença de padrão na apuração do lucro de 2007 e 2008.

Para analisar efetivamente a influência das informações pertinentes ao processo de auditoria contábil na tempestividade das informações contábeis procurou-se primeiramente comparar os R^2 ajustados das duas regressões (Equações 3 e 4). Os resultados revelam um incremento muito pequeno, quando da incorporação das variáveis de auditoria (BF, CA e ROD).

Porém, quando se compara os valores do critério informacional de Akaike verifica-se que o mesmo apresenta um leve incremento, mostrando que a inclusão destas variáveis não melhora o conteúdo informacional da regressão.

Isso, por fim, é corroborado pelo p-valor do teste de Wald, que se revela superior ao nível de significância de 10%, mostrando que as regressões não podem ser consideradas diferentes, ou seja, que as variáveis BF, CA e ROD não impactam significativamente o poder de explicação já apresentado pelas variáveis LLPA e VLPA. Isso leva a conclusão de que, apesar da significância da variável BF, as características qualitativas do processo de auditoria não possuem impacto estatisticamente significativo na tempestividade da informação contábil.

6. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a influência da auditoria, mais especificamente da existência do comitê de auditoria, da empresa de auditoria ser *big four* e de haver rodízio de auditores, na relevância e na tempestividade da informação contábil para o mercado brasileiro de capitais.

Para tanto, utilizou-se a análise de regressão para verificar o impacto destas variáveis em dois modelos econométricos: um para a relevância e outro para tempestividade. Os dados utilizados foram do ano de 2010, para empresas não financeiras com ações negociadas na BM&FBOVESPA.

Os resultados mostram que as informações contábeis de LLPA e PLPA do exercício de 2010 são relevantes para o mercado brasileiro de capitais e as variáveis empresa de auditoria *big four* e comitê de auditoria são significativas para juntas com o LLPA e PLPA ajudarem a explicar o comportamento do preço das ações das empresas no mercado de capitais. Ou seja, as variáveis BF e CA, que representam características do processo de auditoria, possuem impacto significativo na relevância da informação contábil. Assim sendo, tem-se a aceitação da H_1 da presente pesquisa.

Além disso, já em relação à tempestividade, percebe-se que o LLPA e VLPA do ano de 2010 são capazes de explicar o comportamento do retorno das ações de 2010, apresentando-se assim como informações tempestivas para o mercado brasileiro de capitais, e apenas a informação relativa à empresa de auditoria ser uma das *big four* é que se mostrou significativa para explicar, em conjunto com o LLPA e VLPA, o retorno das ações. Porém, apesar da significância da variável BF, as características qualitativas do processo de auditoria não possuem impacto estatisticamente significativo na tempestividade da informação contábil, rejeitando-se a H_2 do presente estudo.

De maneira geral, os achados da presente pesquisa corroboram os resultados dos estudos que apontam o impacto positivo dos mecanismos de auditoria na qualidade da informação contábil, como por exemplo o estudo de Caramanis e Lennox (2008). Em relação à empresa de auditoria ser uma das *big four*, os achados do presente estudo corroboram os resultados de Iatridis (2011), porém não confirmam os resultados de Bauwhede, Willekens e Gaeremynck (2003), Jeong e Rho (2004) e Marques, Holanda e Coelho (2012). Já no que diz

respeito ao comitê de auditoria, os resultados se mostram alinhados com os achados de Segreti e Costa (2007) e Klein (2002), porém refutam as conclusões de Rainsbury, Bradbury e Cahan (2009) e Trapp (2009). Por fim, no que tange ao rodízio de auditores o presente artigo chegou a resultados parecidos com outros resultados no Brasil, tais como Azevedo e Costa (2008) e Martinez e Reis (2010), porém todos estes estudos brasileiros não se mostraram em consonância com os achados de DeFond e Subramanyam (1998).

Cabe salientar que o presente estudo não tem como objetivo esgotar a discussão sobre a importância dos mecanismos de auditoria para a qualidade da informação contábil. Em função disso, sugere-se que outros estudos nesta linha sejam feitos considerando outros aspectos do processo de auditoria e outras *proxies* de qualidade da informação contábil.

REFERÊNCIAS

- AL-AJMI, J. Audit firm, corporate governance, and audit quality: Evidence from Bahrain. **Journal Advances in Accounting - Incorporating Advances in International Accounting**, n. 25, p. 64–74, 2009.
- ALFORD, A.; JONES, J.; LEFTWICH, R.; ZMIJEWSKI, M. The Relative Informativeness of Accounting Disclosures in Different Countries. **Journal of Accounting Research**, v. 31, Supplement, p. 183-223, 1993.
- ALMEIDA, J. E. F. **Qualidade da Informação Contábil em Ambientes Competitivos**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós Graduação e Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- ALMEIDA, M. Ci. **Auditoria: um curso moderno e completo**. São Paulo: Atlas, 1996.
- AZEVEDO, F.; COSTA, F. M. Efeito da Troca da Firma de Auditoria no Gerenciamento de Resultados das Companhias Abertas Brasileiras. In: CONGRESSO DA ANPCONT, 2, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPCONT, 2008. CD-ROM.
- BALL, R.; BROWN, P. An empirical evaluation of accounting income numbers. **Journal of Accounting Research**, v. 6, p. 159- 177, 1968.
- BALL, R.; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earning. **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, p. 1-51, 2000.
- BARTH, M. E.; BEAVER, W. H.; LANDSMAN, W. R. The Relevance of the Value Relevance Literature for Accounting Standard Setting: Another View. **Journal of Accounting and Economics**, v.31, p.77–104, 2001.
- BASTOS, D. D.; NAKAMURA, W. T.; DAVID, M.; ROTTA, U. A. S. A Relação entre o Retorno das Ações e as Métricas de Desempenho: evidências empíricas para as companhias abertas no Brasil. **REGE**, v. 16, n. 3, p. 65-79, 2009.
- BAUWHEDE, H. V.; WILLEKENS, M.; GAEREMYNCK, A. Audit firm size, public ownership, and firms' discretionary accruals management. **The International Journal of Accounting**, v. 38, p. 1–22, 2003.
- BEAVER, W. The information content of annual earnings announcements. **Journal of Accounting Research**, v. 6, p. 67–92, 1968.

BEAVER, W.; CLARKE, R.; WRIGHT, F. The association between unsystematic security returns and the magnitude of earnings forecast errors. **Journal of Accounting Research**, v. 17, p. 316–340, 1979.

BEEKES, W.; POPE, P.; YOUNG, S. The link between earnings timeliness, earnings conservatism and board composition: evidence from the UK. **Corporate Governance: An International Review**, v. 12, p. 47-59, 2004.

BOTTOM, E. Is Accounting a Value-Adding Function? Examining Financial Reporting and Auditing with respect to Capital Markets. **Journal of Accounting Education**, v. 5, n. 1, p. 262-279, 1998

BROOKS, C. **Introductory econometrics for finance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BROWN, S.; LO, K.; LYS, T. Use of R^2 in accounting research: measuring changes in value relevance over the last four decades. **Journal of Accounting and Economics**, v. 28, p. 83-115, 1999.

BUSHMAN, R; CHEN, Q.; ENGEL, E. e SMITH, A. Financial Accounting Information, Organizational Complexity and Corporate Governance Systems. **Journal of Accounting & Economics**, v. 37, n. 2, p. 167-201, 2004.

CARAMANIS, C.; LENNOX, C. Audit effort and earnings management. **Journal of Accounting and Economics**, v. 45, p. 116–138, 2008.

COLLINS, D. W.; KOTHARI, S. P.; SHANKEN, J.; SLOAN, R. G. Lack of Timeliness and Noise as Explanations for the Low Contemporaneous Return-Earnings Association. **Journal of Accounting and Economics**, n. 18, p. 289-324, 1994.

COLLINS, D.; MAYDEW, E. L.; WEISS, L. Changes in the value relevance of earnings and book value over the past forty years. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, p. 39-67, 1997.

CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação n. 549**, 10 de setembro de 2008. Dispõe sobre a rotatividade dos auditores independente. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 07/04/2012.

CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução n. 308**, 14 de maio de 1999. Registro e Exercício da Atividade de Auditoria Independente. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em 07/04/2012.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 – R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf>. Acesso em 24/01/2012.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade de auditoria e perícia**. Brasília: CFC, 2003.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (Coords.). **Análise Multivariada para Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

DALMACIO, F. Z. ; REZENDE, A. J. . A relação entre o timeliness e a utilidade da informação contábil e os mecanismos de governança corporativa: evidências no mercado acionário brasileiro. **Revista BASE**, v. 5, p. 163-174, 2008.

DANTAS, J. A.; CHAVES, S. M. T.; SOUSA, G. A.; SILVA, E. M. Concentração de Auditoria no Mercado de Capitais Brasileiro. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 14, p. 4-21, 2012.

- DECHOW, P. M. Accounting Earnings and Cash Flows as Measures of Firm Performance: the role of accounting accruals. **Journal of Accounting and Economics**, n. 18, p. 3-42, 1994.
- DeFOND, M. L.; SUBRAMANYAM, K. R. Auditor changes and discretionary accruals. **Journal of Accounting and Economics**, v. 25, p. 35-67, 1998.
- EASTON, P. D. Discussion of revalued financial, tangible, and intangible assets: association with share prices and non-market-based value estimates. **Journal of Accounting Research**, v. 36, p. 235-247, 1998.
- FASB, FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Statement of Financial Accounting Concepts - SFAC N^o. 2 - Qualitative Characteristics of Accounting Information**. 1980. Disponível em <<http://www.fasb.org>>. Acesso em 27/01/2012.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L. da; CHAN, B. L. **Análise de dados – modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2009.
- FORMIGONI, H.; ANTUNES, M. T. P.; LEITE, R. S.; PAULO, E. A contribuição do rodízio de auditoria para a independência e qualidade dos serviços prestados: um estudo exploratório baseado na percepção de gestores de companhias abertas brasileiras. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, v. 19, n. 3, p. 149-167, 2008.
- FRANCIS, J.; SCHIPPER, K. Have financial statement lost their relevance? **Journal of Accounting Research**, v. 37, n. 2, p. 319 – 352, 1999.
- FRANCIS, J.; SCHIPPER, K.; VINCENT, L. Expanded disclosures and the increased usefulness of earnings announcements. **The Accounting Review**, v. 77, n. 3, p. 515-546, 2002.
- FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria Contábil**. 2 ed. Sao Paulo: Atlas, 1991.
- GALDI, F. C.; LOPES, A. B. Relação de Longo Prazo e Causalidade entre o Lucro Contábil e o Preço das Ações: evidências do mercado latino-americano. **RAUSP**, v. 43, n. 2, p. 186-201, 2008.
- GUJARATI, D. **Econometria Básica**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2006.
- HARRIS, T. S.; LANG, M.; MOLLER, H. P. The value relevance of German accounting measures: An empirical analysis. **Journal of Accounting Research**, v. 32, p. 187–209, 1994.
- HEIJ, C.; de BOER, P.; FRANCES, P. H.; KLOEK, T.; van DIJK, H. K. **Econometric Methods with applications in Business and Economics**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- HOOG, W. A. Z.; CARLIN, E. L. B. **Manual de auditoria contábil das sociedades empresárias: de acordo com o novo Código Civil – Lei 10.406/2002**. Curitiba: Juruá, 2007.
- IATRIDIS, G. E. Accounting disclosures, accounting quality and conditional and unconditional conservatism. **International Review of Financial Analysis**, v. 20, p. 88–102, 2011.
- JEONG, S. W.; RHO, J. Big Six auditors and audit quality: The Korean evidence. **The International Journal of Accounting**, v. 39, p. 175–196, 2004.
- KLEIN, A. Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. **Journal of Accounting and Economics**, v. 33, p. 375–400, 2002.
- KOTHARI, S. P. Capital Markets Research in Accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 105-231, 2001.
- KRISHNAN, G. V. Does Big 6 Auditor Industry Expertise Constrain Earnings Management? **Accounting Horizons**, Supplement, p. 1-16, 2003.

- LEV, B. On the usefulness of earnings and earnings research: Lessons and directions from two decades of empirical research. **Journal of Accounting Research**, v. 27, Supplement, p. 153- 192. 1989.
- LIMA, J. B. N. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil**. São Paulo: 2010. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, FEA/USP, São Paulo.
- LO, K.; LYS, T. **Bridging the Gap Between Value Relevance and Information Content**. Working paper, University of British Columbia and Northwestern University, 2000.
- LOPES, A. B. **A relevância da informação contábil para o mercado de capitais: o modelo de Ohlson aplicado à BOVESPA**. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, FEA/USP, São Paulo.
- LOPES, A. B. The Value Relevance of Brazilian Accounting Numbers: an Empirical Investigation. **Social Science Research Network (SSRN)**. Disponível em: <www.ssrn.com>. Maio, 2002. Acesso em 10 de janeiro de 2010.
- LOPES, A. B.; MARTINS, E.; **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.
- LOPES, A. B.; SANT’ANNA, D. P.; COSTA, F. M. A Relevância das Informações Contábeis na BOVESPA a partir do Arcabouço Teórico de Ohlson: avaliação dos modelos de Residual Income Valuation e Abnormal Earnings Growth. **RAUSP**, v. 42, n. 4, p. 497-510, 2007.
- MACEDO, M. A. S, *et al.* Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value-relevance. **Revista de Contabilidade e Finanças**, v. 22, n. 57, p. 299-318, 2011.
- MALACRIDA, M. J. C. **A Relevância do Lucro Líquido versus Fluxo de Caixa Operacional para o Mercado de Ações Brasileiro**. 2009. 146f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, FEA/USP, São Paulo.
- MARQUES, A. E. C.; HOLANDA, A. P.; COELHO, A. C. D. Qualidade Informacional dos Lucros e Firmas de Auditoria: Evidências no Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12, 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EAC/FEA/USP, 2012. CD-ROM.
- MARTINEZ, A. L; REIS, G. M. R. Rodízio das firmas de auditoria e o gerenciamento de resultados no Brasil. **RCO**, v. 4, n. 10, p. 48-64, set-dez 2010.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- NEEDLES Jr., B. E.; RAMAMOORTI, S.; SHELTON, S. W. The Role of International Auditing in the Improvement of International Financial Reporting. **Advances in International Accounting**, v. 15, p. 181-201, 2002.
- OHLSON, J. Earnings, book values and dividends in equity valuation. **Contemporary Accounting Research**, v. 11, n.2 , p. 661-687, 1995.
- RAINSBURY, E. A.; BRADBURY, M.; CAHAN, S. F. The impact of audit committee quality on financial reporting quality and audit fees. **Journal of Contemporary Accounting & Economics**, v. 5, p. 20–33, 2009.
- SANTOS, L. S. R.; COSTA, F. M. Conservadorismo Contábil e Timeliness: evidências empíricas nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras com ADRs negociados na bolsa de Nova Iorque. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 48, p.27-36, 2008.

- SARLO NETO, A. **A reação dos preços das ações à divulgação dos resultados contábeis: evidências empíricas sobre a capacidade informacional da contabilidade no mercado acionário brasileiro**. 2004. 243f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Contábeis) - FUCAPE, Vitória.
- SARLO NETO, A. *et al.* O diferencial no impacto dos resultados Contábeis nas ações ordinárias e preferenciais no mercado brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, n. 37, p.46-58, 2005.
- SARLO NETO, A.; GALDI, F. C.; DALMÁCIO, F. Z. Uma pesquisa sobre o Perfil das Ações brasileiras que reagem à publicação dos Resultados Contábeis. **RCO**, v. 3, n. 6, p. 22-40, 2009.
- SCOTT, W. R. **Financial Accounting Theory**. 5th ed. Toronto: Pearson Education Canada, 2009.
- SDA UNIVERSITÀ BOCCONI, Corporate Finance and Real Estate Dept. and Administration and Control Dept. **The Impact of Mandatory Audit Rotation on Audit Quality and on Audit Pricing: the case of Italy**, 2002.
- SEGRETI, J. B.; COSTA, C. de A. Pesquisa Exploratória sobre a Implantação do Comitê de Auditoria em Empresas Brasileiras conforme a Lei Sarbanes-Oxley. In: ENCONTRO DA ANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. CD-ROM.
- SILVA, J. O. da; BEZERRA, F. A. Análise do Gerenciamento de Resultados e o Rodízio de Firms de Auditoria nas Empresas de Capital Aberto. **RBGN – Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 12, n. 36, p. 304-321, 2010.
- STRONG, N.; WALKER, M. The Explanatory Power of Earnings for Stock Returns. **The Accounting Review**, v. 66, n. 2 p. 385-399, 1993.
- TRAPP, A. C. G. **A Relação do Conselho Fiscal como Componente de Controle no Gerenciamento de Resultados Contábeis**. 2009. 141f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – FEA/USP, São Paulo.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive accounting theory: a ten year perspective. **The Accounting Review**, v.65, n. 1, 1990.